



**A NOVA AUTOIMAGEM BRASILEIRA E OS
LINCHAMENTOS VIRTUAIS**

**THE NEW BRAZILIAN SELF IMAGE AND THE PUBLIC
SHAMING IN SOCIAL MEDIA**

Samuel Nogueira Mazza*

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

nogueiramazza@gmail.com

INTRODUÇÃO

Francisco Bosco é ensaísta e doutor em teoria literária pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como revela a orelha do livro de sua autoria **A Vítima tem Sempre Razão?: Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro**.¹ Com um Currículo Lattes praticamente sem informações, descobrimos mais de Bosco pelas sinopses de seus livros disponíveis na internet, como em **Banalogias**² e **Alta Ajuda**.³ O primeiro, discutindo temas do cotidiano contemporâneo e refletindo sobre determinados valores de nossa sociedade; o segundo, com título altamente paródico aos livros de autoajuda, defendendo a força do pensamento negativo como algo capaz de nos retirar da passividade e um convite a agirmos em um sentido de transformação.

Somadas a essas obras, ainda existem livros de cunho biográfico, aliado à pesquisa, como é o caso de **Dorival Caymmi**⁴ e de **Viver com Barthes**⁵. Nessa

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGHIS – UFU). Integrante do Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC) e bolsista de Pós-Graduação – Mestrado (GM) CNPq.

¹ BOSCO, Francisco. **A Vítima tem Sempre Razão?: Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro**. São Paulo: Todavia, 2017.

² BOSCO, Francisco. **Banalogias**. São Paulo: Objetiva, 2007.

³ BOSCO, Francisco. **Alta Ajuda**. São Paulo: Editora Foz Impressos e Digitais. 2012.

⁴ BOSCO, Francisco. **Dorival Caymmi**. São Paulo: Publifolha, 2006.

vertente, temos uma recuperação histórica das obras do compositor e cantor – figura que aparece em outros livros de Bosco. No caso do teórico da linguagem, temos uma reunião de ensaios de vários pesquisadores e professores brasileiros que discutem a obra múltipla de Roland Barthes.

Muito influenciado pelas leituras de Roland Barthes e de Michel Foucault, Bosco toma o campo da cultura na contemporaneidade como uma de suas principais preocupações. Cultura como ideia que não se resume a aspectos e artigos produzidos pela arte ou por artistas, mas também pela noção de práticas plurais nas sociedades contemporâneas.

Em **A Vítima tem Sempre Razão?**, o início da discussão se dá pela afirmação da existência de um novo espaço público brasileiro, definido pela mudança da autoimagem e pela expansão das redes sociais digitais. Essa mudança na autoimagem ocorre por dois motivos: o primeiro são as revoltas de 2013, ou jornadas de junho, que revelam um caráter de uma “nova cultura política”, marcada pelo conflito e pela explicitação das diferenças em oposição à “cultura da cordialidade”. O segundo motivo apontado é o colapso do “lulismo”, que seria a continuidade da cordialidade no campo político-institucional chegando ao fim. Soma-se a isso o crescimento das redes sociais digitais como o ambiente em que serão explicitados esses conflitos.

Por esse prisma, Bosco percebe o surgimento de um “novo espaço público”, tanto em sua forma, pela plataforma das redes sociais digitais, quanto em seu conteúdo, pela explicitação dos conflitos. Revela, ainda, nesse tom, o atravessamento das lutas identitárias que encontram, nesse espaço, local propício para exposição de suas demandas, formando um ambiente democrático e polarizado. O problema para o teórico é a dinâmica dos “linchamentos virtuais” ou, como é conhecido em inglês, o *public shaming*.

Na obra há, a partir da introdução, um notório esforço na definição de uma ferramenta teórica quando percebe um movimento da “Cultura à política” e quando tenta definir “O novo espaço público do Brasil”, cerne e expressões que definem os capítulos um e dois. Nestes mesmos capítulos, o autor passa pelos entendimentos filosóficos dos processos de reconhecimento dos sujeitos e da subjetivação das experiências sociais de reconhecimento, bem como pela relação de estruturas de poder

⁵ BOSCO, Francisco. A amizade com Barthes. In: _____. NOVA, Vera Casa; GLENADEL, Paula (orgs.) **Viver com Barthes**. Rio de Janeiro: 7letras, 2005.

que oferecem experiências subjetivadas negativas para minorias. Assim, ele constata que as lutas identitárias têm como objetivo a subversão dessas relações de poder.

Há ainda a aplicação dessa ferramenta teórica no terceiro capítulo, “Marchinhas, óleos e turbantes”, em estudos de casos de linchamento digital (as *tretas* das redes sociais digitais), que têm como pano de fundo determinadas reivindicações das lutas identitárias feminista e racial, que é vista por Bosco como uma estratégia problemática. Iremos abordar dois casos, dos seis tratados pelo autor, pelos próprios limites da resenha e por serem esses dois os mais representativos das discussões abordadas.

AOS ARGUMENTOS....

A introdução do livro tem início com a citação de uma faixa pendurada na rodovia Raposo Tavares, em 2016, com os seguintes dizeres: “Bucetas ingovernáveis”. A partir disso, Bosco relembra algumas pautas de um movimento em curso que apontavam para a questão específica do “poder”. A busca pela sua subversão parte do entendimento de que o poder não age retirando as liberdades fundamentais do outro, mas sim através de “mecanismos mais ou menos sutis de discriminação, controle e humilhações”⁶ que limitam as experiências subjetivas positivas em troca de experiências de sofrimento e isolamento.

Por esse prisma, o preconceito surge como a forma mais intensa de poder ao enquadrar determinados sujeitos em identidades tradicionalmente desvalorizadas, sendo que o nosso *reconhecimento* é dependente do reconhecimento do *outro*, o que caracteriza nossas experiências como “radicalmente intersubjetiva”.⁷ O problema é que o poder nunca age através do enfrentamento entre dois indivíduos, mas sim através do governo, esse institucionalizado, que tem seu funcionamento através desses mecanismos mais ou menos sutis. Por isso a faixa “Bucetas ingovernáveis” tem sua razão de ser: “ingovernáveis” na busca pela desestruturação desse poder institucionalizado.

⁶ BOSCO, Francisco. **A Vítima tem Sempre Razão?**: Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 1ªed., 2017, p.8.

⁷ Ibid.,p.9.

As lutas identitárias, assim, têm como objetivo central ser “contra o poder e por reconhecimento”⁸, um reconhecimento valorativo que ofereça a esses indivíduos, historicamente desvalorizados, experiências positivas nas suas relações intersubjetivas. Segundo Bosco, essas lutas têm seu início na década de 1920 com o surgimento da imprensa negra, que colocava em debate questões raciais e sociais. Porém, ultimamente, essas reivindicações retornaram com intensidade para o debate público. O autor afirma que tal intensidade deve-se ao surgimento desse novo espaço público brasileiro definido pelas revoltas de junho de 2013, pelo colapso do lulismo e pela emergência das redes sociais digitais. Porém, esse espaço público veio acompanhado de um problema: o linchamento digital. Definido por ataques morais coletivos de grupos identitários inorganizados, essa ação de violência na rede mundial de computadores atinge indivíduos que são identificados como criminosos contrários ao ideal identitário.

Para o teórico, essa estratégia é problemática, pois os ataques são dirigidos a indivíduos de mesmo campo ideológico-político, não passando de uma forma de se fazer justiça com as próprias mãos. É um “método coletivo que facilita perversamente a vida”⁹, é incapaz de perceber a operação das estruturas mantenedoras do poder e tornam a justiça institucional cúmplice da reprodução de injustiças. Ou seja, existe um problema estratégico de grupos identitários que não optam por identificar e desconstruir estruturas de poder, mas sim com a eleição de um “inimigo”.

Uma das principais dinâmicas desses grupos inorganizados é o princípio de que “a vítima tem sempre razão”. No campo formal da justiça institucionalizada, deve-se comprovar que se trata de uma vítima. Já no campo social, há uma recusa da perspectiva formal, estabelecendo uma falsa simetria nos valores sociais das palavras dos indivíduos, “logo, trata-se de uma recusa justa – enquanto recusa. Resta saber quanto às suas consequências”¹⁰. Nesse caso, a pergunta que dá título ao livro é um pleonasma, pois a vítima como tal sempre tem razão e assim sua situação de vítima já está

⁸ BOSCO, Francisco. **A Vítima tem Sempre Razão?:** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 1ªed., 2017, p.9

⁹ VIEIRA, Helena. **Protagonismo sem Máscaras. Rio de Janeiro** – RJ. (TEDx Talks), 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qBOMNwfnjIE&t=5s>. Última visualização: 29/05/2018. apud, BOSCO, Francisco. **A Vítima tem Sempre Razão?:** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 1ªed., 2017, p.12.

¹⁰ BOSCO, Francisco. **A Vítima tem Sempre Razão?:** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 1ªed., 2017, p.13.

comprovada. Por outro lado, o que Bosco observa é que hoje há uma petição por princípio que torna qualquer acusadora vítima de antemão e, por assim dizer, incontestável.

É o que Bosco analisa no caso de *public shaming* do professor Idelber Avelar. Ocorrido em 2014, o caso torna-se público quando algumas mulheres anônimas denunciaram serem vítimas de assédio sexual e publicaram diálogos eróticos que tiveram com o professor pelo Facebook. O problema central desse caso é a retirada retrospectiva do “consentimento”, pois as conversas privadas publicadas e analisadas pelo autor evidenciam interações consensuais. Então, por que “as mulheres se dizem assediadas e se veem como vítimas”?¹¹

Bosco percebe que a retirada retrospectiva de consentimento resulta do discurso das *radfems* da década de 1980, que é vitorioso no espaço público. Esse grupo de feministas identifica que toda experiência heterossexual é construída à roda do patriarcalismo e são de antemão ilegítimas. Dessa forma, a relação heterossexual é vista como representação da relação de gênero. A consequência disso é que a noção de consentimento, como capaz de definir práticas sexuais aceitáveis e inaceitáveis, é suspensa, uma vez que é construída dentro do patriarcalismo. Além disso, as *radfems* elevam em pé de igualdade o que antes era visto como problemas conjugais normais. Assim, as brigas por ciúmes, insultos verbais e outras situações violentas assemelham-se às práticas de estupro e coerção física e passam a ser tratadas como violências conjugais.

Dessa forma, o autor compreende que, nessa visão de feminismo, a mulher perde a autonomia de suas escolhas. O consentimento pode ser retirado retrospectivamente, isto é, uma relação sexual, antes consentida, passa a ser inaceitável e digna de combate e exposição pública, assim como as brigas e insultos viram violências e têm o direito de serem relatadas pela “vítima”. Para o autor, essa extrema polarização entre os gêneros é simplória e ofusca as complexidades das relações humanas, muito mais ambíguas do que polarizadas. Assim, os abusos são vistos como questões humanas e não como perpetuação do poder machista.

Mas, pensar os abusos, brigas e insultos conjugais como demasiado humanos não é tomar como característica humana relações construídas no patriarcalismo? O autor

¹¹ BOSCO, Francisco. **A Vítima tem Sempre Razão?:** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 1ªed., 2017, p.166.

estabelece uma diferença entre exercer “poder” e efetivar “potências”. O poder é a efetivação de uma potência que impede o outro de também efetivar suas potências. Assim, em uma sociedade patriarcal, os homens têm mais condições de efetivar suas potências em detrimento das mulheres. A busca então é lutar para corrigir o desequilíbrio estrutural que mantém essa lógica, e ele cita as formas de exercícios de poder: a “subjugação, coerção, ameaça, enfim qualquer forma de impedir que uma mulher efetue suas potências”.¹²

Ora, sendo assim, as brigas, os insultos “normais” não são formas de subjugação da mulher? Isso não impede a efetivação de suas potências como sujeito? Afinal de contas, a subjugação, a coerção e a ameaça não estão inseridas em algumas brigas conjugais? Ademais, se tomarmos como fonte de informações as estatísticas conhecidas, constataremos que essas formas de sujeição ocorrem, majoritariamente, dos homens para com as mulheres.

Bosco usa a diferenciação entre poder e potências para criticar o argumento que “todo homem é um potencial violador”. As potências (condições estruturais patriarcais para efetivação da violência sexual) e o exercício de poder (o ato em si) possuem uma distância enorme, e nisso temos que concordar com ele. Porém, não é possível verificar que essa distância se mantém no caso de abusos psicológicos e violências conjugais. As distâncias para efetivação desse poder parecem ser menores e mais fáceis de serem extrapoladas.

Apesar do autor não se aprofundar nessa separação entre o que são essas pulsões demasiado humanas dos conflitos e brigas em relacionamentos heterossexuais e o que é propriamente uma violência, ele aponta para outro problema. A partir do momento que o termo “consentimento” é anulado, há para o autor um deslocamento problemático na imagem da mulher construído pelas *radfems*.

Há assim uma confusão entre as relações de gênero e as relações sexuais, sendo que essa, não necessariamente, seja uma representação da outra. O resultado dessa lógica é uma série de denúncias públicas de relacionamentos que são interpretados, retrospectivamente, como “abusivos”. A vitimização, e conseqüente publicização, pressupõe que as mulheres não tenham “autonomia psíquica” para lidar com uma situação de assédio, nas suas mais variadas formas, em relacionamentos heterossexuais.

¹² BOSCO, Francisco. **A Vítima tem Sempre Razão?:** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 1ªed., 2017, p.177.

Bosco questiona então se essa imagem do feminino desprovido de autonomia psíquica é correspondente às formas que se estabelecem nas relações mulher/homem. E mais: se essa imagem traz um efeito desejável para o próprio movimento identitário. A conclusão, de antemão, é que essa “*demonologia sexual*” apenas produz um sentimento de raiva a indivíduos muitas vezes inocentes. Isso é o que ocorre com Idelber Avelar. O homem partidário das causas feministas torna-se o principal inimigo de combate, apesar da insustentabilidade das denúncias apresentadas contra ele, tendo, como desfecho, um pedido de desculpas por duas mulheres em 2016.

No primeiro capítulo, “Da cultura à política”, o teórico constata um deslocamento - que ocorreu desde a formação cultural colonial até os dias de hoje - da noção de cultura de união para uma noção de cultura política de enfrentamento. O que se destaca é a separação estabelecida entre as relações culturais efetivadas pelo Brasil e suas realizações como sociedade. Para o autor, as realizações sociais durante a história do Brasil sempre ocorreram à revelia dos projetos culturais, havendo assim um privilégio do concreto à ideia de nação. As autoimagens construídas por artistas e teóricos sociais da cultura sempre estiveram distantes do que se efetiva como sociedade. Ele destaca o período romântico, pós-independência, e sua exaltação à natureza em contraposição à precariedade material do país; destaca as correntes modernistas, a partir dos anos 20, que em meio à cultura de massa valoriza a singularidade cultural brasileira como forma de identificação coletiva e, por fim, o destaque à posterior crítica ao modernismo nos meios acadêmicos dos anos de 1950.

Bosco credita a essa valorização da singularidade cultural brasileira (por sua miscigenação) a autoimagem que vigora no imaginário coletivo de um povo marcado pela união das raças e pela ausência explícita dos conflitos existentes em nossa sociedade. Essa autoimagem só começa a ser modificada a partir dos anos de 1990, com o surgimento de produções artísticas como o Rap dos Racionais MC's, aliado a mudanças de perspectivas de pesquisas universitárias dos anos 50 e ainda à primeira candidatura de Lula.

A música popular brasileira, dos anos 30 até os anos 90, é encarada como a cultura popular oriunda da miscigenação, do encontro entre as raças que conseguiu unir as origens negras com as contribuições do homem branco. Miscigenação essa que nunca se confirmou na sociedade e que tem como interrupção mais dura, para implementação desse projeto de união cultural, o golpe militar de 1964.

A despeito da linearidade histórica de como esse processo é encarado por Bosco, há outro problema. A ideia de cultura popular brasileira, formada através dos ritmos de origens negras e que são apropriados por músicos brancos da classe média nacional, só se confirma se encarada na perspectiva de “circularidade cultural”. Dessa forma, são estabelecidos dois polos: de um lado, as produções de artistas negros, restritas a seus ambientes, e, do outro, as produções eruditas, apropriadas desses ritmos, que passa a circular como “MPB”. Esses polos são colocados, de certa maneira, como fixos e distantes um do outro e por isso pode-se constatar uma defasagem entre os projetos culturais e sua efetivação na sociedade.

Na contramão dessa perspectiva, podemos interpretar a formação cultural brasileira a partir da noção de *representação*, conceito também utilizado por Bosco, mas de forma pouco problematizada. O historiador Roger Chartier¹³ ao se debruçar sobre as práticas literárias dos franceses no século XVIII, percebe que houve uma movimentação entre os párocos e eruditos, construindo determinada *representação* dos populares franceses, que tinha como pano de fundo uma justificativa para inibição das práticas literárias entre os populares.

Não podemos trazer para o contexto brasileiro o objetivo de inibir as práticas culturais populares, mas talvez houvesse sim a efetivação ou a construção de outro *popular* por parte desses eruditos. Talvez a distância entre os projetos culturais, pensado pelos artistas de classe média, e sua efetivação na sociedade se dê por essa representação deslocada do popular. Bosco cita uma frase de Caetano Veloso: “O Brasil precisa merecer a Bossa Nova”¹⁴ que nos dá a liberdade para pensar que esse Brasil merecedor da Bossa Nova é um Brasil diferente do que Veloso via. Bosco reconhece essa busca por transformação e da formação de uma nova sociedade, porém vê, na mesma medida, que essa busca foi feita como forma de resposta e resistência às desigualdades. Ora, será que se nos detivermos, especificamente, nas *representações* criadas por esses artistas não veremos uma crítica a esses conflitos? Conflitos esses que foram, de forma sistemática, apagados ou diluídos, por sociólogos e artistas.

¹³ CHARTIER, Roger. Práticas e representações: leituras camponesas em França no século XVIII. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Portugal, DIFEL, 2002. (Disponível em: http://minhateca.com.br/silmaradencati/Documentos/A+Hist*c3*b3ria+Cultural++Entre+pr*c3*a1ticas+e+representa*c3*a7*c3*b5es++Roger+Chartier,2743336.pdf)

¹⁴ BOSCO, Francisco. **A Vítima tem Sempre Razão?: Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro**. São Paulo: Todavia, 1ªed., 2017, p.41.

Essa é a discussão presente em “O caso do turbante”, que tem início com o relato, publicado no *Facebook*, de uma mulher branca que estava usando um turbante e foi abordada por mulheres negras que diziam que ela não deveria usar o artefato por ser branca. Essa publicação polarizou opiniões nas redes sociais em torno do conceito de “apropriação cultural”.

Bosco faz uma retrospectiva da forma como se deram as trocas culturais no Brasil. Após a independência, percebeu-se a dificuldade de se produzir sistematicamente obras de arte que estariam inseridas em uma “cultura autêntica” nacional. Esse debate só começa a se transformar a partir do tropicalismo, que, valendo-se de elementos estrangeiros (apropriação), produzem obras com maior entendimento da nossa realidade social, ou seja, uma “apropriação inventiva”. A questão aqui recai novamente no problema da circularidade cultural em que os polos da produção cultural continuam distantes, mesmo no tropicalismo, como o próprio Bosco ressalta. Para ele, esse projeto cultural não se efetivou como projeto de sociedade. Se esses polos - cultura erudita e cultura popular - se mantêm distantes, como podemos falar de apropriação inventiva?

Para Bosco, a música brasileira se deu através dessa apropriação inventiva, pois de antemão não existem “gêneros puros” ou “culturas puras”, pois vivemos no mundo das circulações livres. Mas será que são tão livres assim? Realmente, o conceito de apropriação cultural esbarra no problema de pressupor a existência de uma “cultura pura” hoje em dia (se é que existiu em algum momento), porém não invalida totalmente o conceito, já que a apropriação “designa fundamentalmente uma dinâmica cultural de *desigualdades*”.¹⁵

A definição de apropriação cultural recai então pela relação entre capitalismo e racismo. Isso quer dizer que, estruturalmente, “gêneros ou formas que carregam uma larga contribuição das culturas negras (...) tendem a circular no mundo com o protagonismo não negro”.¹⁶ Estabelece-se assim uma relação monetizada na qual os negros não participam de suas benesses dentro da indústria cultural.

O grande problema encontrado na argumentação de Bosco é encarar a circularidade cultural e suas inevitáveis apropriações como fenômenos livres. Para

¹⁵ BOSCO, Francisco. **A Vítima tem Sempre Razão?**: Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 1ªed., 2017, p.118

¹⁶ Ibid., p.118.

Bosco “quase tudo, se não tudo o que realizamos de melhor, resultou da liberdade das misturas culturais”¹⁷ e ainda “é precisamente a livre apropriação das formas, dos gêneros, dos signos, que torna possível o surgimento de novas formas, novos gêneros, novos signos”.¹⁸ Não pretendemos aqui defender um “puritanismo cultural”, mas esse tipo de enfrentamento da cultura incorre no risco de não perceber como ocorre a circulação cultural.

Os próprios exemplos dados por Bosco trazem esse problema. É o caso do samba, que só passou a ser comercializado quando intérpretes brancos começaram a divulgar, em rádios, os trabalhos feitos por sambistas negros, sendo que eram aqueles quem ficavam com a maior parte dos lucros das gravações. Então, é possível pensar que a circulação cultural é realmente livre, ainda mais em um ambiente marcado pela apropriação cultural?

O caso do turbante acaba ficando sem uma conclusão clara de como agir, pois, num certo sentido, definir o uso do turbante como exclusivo de mulheres negras é uma forma de impossibilitar as trocas e a renovação de significados, algo até mesmo impossível dentro do campo simbólico. Por outro lado, o uso de turbante por mulheres brancas não significa uma plena superação dos preconceitos contra o negro, já que esses são sistematicamente excluídos dos benefícios da circulação de seus signos pela sociedade.

Bosco compreende que esses debates só foram possíveis a partir da mudança da autoimagem cultural e política do brasileiro. O surgimento do grupo Racionais MC's é o ponto mais importante para essa mudança pelo fato de, através da estratégia de *bonding*, não se renderem à lógica de reconhecimento do mercado da indústria cultural. A frase célebre “Mano é mano, playboy é playboy”, atribuída ao grupo, revela “a cisão racial no interior da sociedade brasileira”¹⁹ e explicita o nível de conflito estabelecido a partir desse momento.

¹⁷ BOSCO, Francisco. **A Vítima tem Sempre Razão?:** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 1ªed., 2017, p.120.

¹⁸ Ibid., p.124.

¹⁹ Ibid., p.51.

Esse desmonte “das grandes sínteses culturalistas”²⁰ terá sua explicitação maior no que Bosco chama de “O novo espaço público no Brasil”, que trata especificamente dos processos originários desse espaço. Passando por três pontos, o autor nos oferece um contexto que deu origem e que consolidou uma nova autoimagem do brasileiro pautada pela explicitação do conflito, ou seja, a mudança da cultura política no país.

O governo de Lula é encarado no livro como uma extensão (a última) da política de cordialidade. A figura de Lula e sua grande capacidade de conciliação lhe deu a possibilidade de realizar mudanças sociais, principalmente com relação à pobreza e ao acesso a bens fundamentais de consumo, bem como a expansão do ingresso à universidade, sem necessariamente realizar transformações estruturais de desigualdade. Essa capacidade de conjurar interesses diversos é o que “não deixou de ser, finalmente, a tradução político-social do modelo conciliador da cultura popular”.²¹

Na mesma medida, dá-se “O colapso do lulismo”, que é a implosão dessa forma corrente de governar. Diante dos gastos exorbitantes de eventos mundiais que aconteceriam no Brasil (Olimpíadas e Copa do Mundo), em comparação com a fatia do orçamento que era dedicado aos gastos públicos essenciais, acabaram por gerar uma “crise de representatividade”. Soma-se a isso um sistema político mal fornecido de mecanismos democráticos que acabam resultando nas jornadas de junho de 2013, momento deflagrador da “nova cultura política”.

As jornadas de junho só foram possíveis pela expansão das redes sociais digitais, que eram organizadas através dessas mídias e que se tornaram capazes de articular espaços digitais e o urbano. As potencialidades delas se dão pela capacidade de transmitir informações a um grande número de receptores, aumentando seu poder de mobilização através de emissores “horizontais, desierarquizados e descentralizados”.²² Emissores que se pretendiam como “contraideológicos” em oposição à grande mídia, e é essa, para Bosco, uma das significativas consequências da expansão das redes: “o questionamento do papel da grande mídia”.²³

²⁰ BOSCO, Francisco. **A Vítima tem Sempre Razão?:** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 1ªed., 2017, p.53.

²¹ Ibid.,p.58

²² Ibid., p.68.

²³ Ibid.,p.68.

Por outro lado, “As redes sociais digitais” possuem outra característica, pois apesar de oferecerem um espaço público mais democrático e horizontal, são também espaços de polarização e de violência. Bosco cita o exemplo de conversas públicas pessoais em que se estabelecem vínculos de afetividade que limitam a agressividade. No caso das redes sociais, há uma duplicidade entre pessoalidade e coletividade.

É adicionado à discussão o comportamento narcísico em domínios públicos tradicionais em que sujeitos, se não concretos, imaginariamente, estão sempre a postos com seus narcisismos para a discussão e o enfrentamento. No caso das redes sociais, a dinâmica é diferente, pois a presença é apenas de sujeitos imaginários, o que as torna um espaço público majoritariamente inserido no registro do imaginário “que é o campo do narcisismo, logo, da agressividade”.²⁴ Parece que Bosco está querendo nos dizer que nas redes sociais digitais o sujeito concreto perde sua concretude, tornando-se apenas um sujeito imaginário. O resultado disso é a legitimação de ataques grupais violentos a determinados indivíduos nesse espaço “publicizado”. Há assim uma extrapolação do comportamento narcísico que elege o outro como inimigo de forma a preservar e garantir um espaço dentro do grupo. É sobre essa dinâmica que o livro imprime sua crítica: nas lutas identitárias que esse comportamento tem se apresentado de forma marcante. Unida à expansão das redes sociais digitais, com o colapso da cultura política da conciliação, as lutas identitárias são intensificadas nesse espaço e também marcadas por esse espaço polarizado e violento.

Bosco reconhece a importância das redes sociais digitais para as lutas identitárias por vários motivos: sua localização no registro do imaginário (economia do reconhecimento), por estar inserido na dinâmica de *bonding* e por ser um espaço livre para identificação do “poder”. Mas junto com tudo isso está o problema dos linchamentos virtuais. Será que essa estratégia é positiva para as lutas identitárias? Será que se transformam em real ganhos para os movimentos?

CONCLUSÃO

É com essas problemáticas em mente que devemos ler o livro de Francisco Bosco, pois a preocupação é com a efetividade dos linchamentos digitais como

²⁴ BOSCO, Francisco. **A Vítima tem Sempre Razão?:** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 1ªed., 2017, p.71.

estratégia produtora de ganhos reais para os movimentos identitários. Tentamos privilegiar aqui os argumentos e ferramentas teóricas produzidas no texto para enriquecer o debate. Muitas outras possibilidades de discussão são possíveis em **A Vítima tem Sempre Razão?**, desde que se afaste, em boa medida, do lugar de fala do autor, que foi, à revelia da proposta de Bosco, o mais comentado.

Acreditamos que o objetivo é atingido, como explicitado no texto e reforçado várias vezes em entrevistas com o autor: o livro “se dirige tanto a militantes identitários como àquelas pessoas não muito familiarizadas com suas reivindicações”²⁵, oferecendo para os primeiros algumas ferramentas para estabelecimento de uma posição crítica e, para os que estão de fora da militância, uma obra menos inóspita para os primeiros entendimentos do assunto.

O livro abre espaço para questões que vivemos na contemporaneidade, apesar de muitos estarem à margem dessas discussões. Importante ressaltar que Bosco não desqualifica totalmente as lutas identitárias, muito pelo contrário. Sua busca é por um diálogo estimulante que possa rever determinadas estratégias que não são positivas para a própria sociedade como um todo.

O campo de discussão está aberto. O livro pode ser problematizado e revisto, assim como as questões abordadas podem ser tomadas de formas diferentes. O importante é a abrangência que a obra teve dentro do debate público brasileiro e seu caráter crítico para todos que se interessem pelo assunto.

RECEBIDO EM: 04/06/2018

PARECER DADO EM: 27/06/2018

²⁵ BOSCO, Francisco. **A Vítima tem Sempre Razão?**: Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 1ªed., 2017, p.30.